

Por uma sala de aula revolucionária¹: uma visão histórico-crítica da Educação Brasileira (2005-2023)

*For a revolutionary classroom:
a historical-critical view of Brazilian education (2005-2023)*

Gabrielly Sabóia*

Palavras-chave:
Desigualdade educacional
Alienação escolar
Educação revolucionária

O presente trabalho realiza uma breve análise da estrutura escolar brasileira a partir de uma visão histórico-crítica. Tendo como referencial teórico autores como Saviani (1991; 2008a; 2008b; 2011a; 2011b; 2012), Santos (2018) e Peregrino (2008), este artigo tem por motivação a importância, no atual cenário da Educação Brasileira, de compreendermos as teorias que pautam as diferentes formas de interpretação da Escola enquanto uma instituição formadora de indivíduos. A metodologia adotada foi um levantamento bibliográfico – junto de uma abordagem qualitativa – ancorado em uma busca minuciosa por documentos que tratam do assunto. Como resultado, temos que o estudo da Escola brasileira perpassa pelo âmbito da desigualdade, da segregação, da formação da burguesia e da desvalorização da instituição. Dito isso, concluiu-se que a Pedagogia Histórico-Crítica pode ser uma importante aliada na construção de caminhos que possibilitem o planejamento e a criação de uma sala de aula revolucionária.

Keywords:
Educational inequality
School alienation
Revolutionary education

The present work provides a brief analysis of the Brazilian school structure from a historical-critical perspective. Drawing on the theoretical frameworks of authors such as Saviani (1991; 2008a; 2008b; 2011a; 2011b; 2012), Santos (2018), and Peregrino (2008), this article is motivated by the importance, in the current context of Brazilian education, of understanding the theories that guide the different ways of interpreting the school as an institution responsible for the formation of individuals. The methodology adopted was a bibliographic review — combined with a qualitative approach — anchored in a meticulous search for documents addressing the topic. As a result, it was found that the study of the Brazilian school system involves issues of inequality, segregation, the formation of the bourgeoisie, and the devaluation of the institution. That said, it is concluded that Historical-Critical Pedagogy can be an important ally in constructing paths that enable the planning and creation of a revolutionary classroom.

Recebido em 25 de abril de 2025. Aprovado em 1º de julho de 2025.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade,
sem ela tampouco a sociedade muda”.
(Paulo Freire)

Introdução

O presente trabalho busca realizar uma breve análise, a partir de um levantamento bibliográfico ancorado em uma abordagem qualitativa, da

estrutura escolar brasileira a partir de uma visão histórico-crítica tendo como recorte temporal os anos entre 2005 e 2023. Desenvolvida pelo pedagogo Dermeval Saviani no ano de 1978, essa corrente pedagógica trata da construção de uma perspectiva que teoriza a respeito dos limites teórico-metodológicos apresentados pela visão crítico-reprodutivista, uma vez que os princípios que pautam essa concepção buscam denunciar o modelo de educação atual sem sequer apresentar possíveis

* Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Estudante de Segunda Licenciatura em Pedagogia na Faculdade IPREMIG. Revisora e Normalizadora. E-mail: contato.gabriellysaboya@gmail.com.

soluções para a superação do principal problema apontado: a Escola como um instrumento reprodutor dos interesses do capital.

Sendo assim, este artigo tem por motivação a importância, no atual cenário da Educação Brasileira, de compreendermos as correntes teóricas que pautam as diferentes formas de interpretação e atuação da Escola enquanto uma instituição formadora de indivíduos. Sendo assim, esperamos contribuir com o tema a partir da análise da teoria pedagógica histórico-crítica enquanto uma importante aliada dos movimentos voltados à pauta da educação que buscam a subversão do entendimento do papel da instituição escolar na sociedade capitalista. Tendo em vista a existência de um histórico, na própria sala de aula, da adoção de um ponto de vista crítico-reprodutivista, o qual desconsidera as possibilidades de transformação das condições sociais vigentes na nossa sociedade, tais teorias,

[...] embora cumpram importante papel ao apresentar um caráter crítico, levando em conta os determinantes sociais da educação, são pessimistas e deterministas uma vez que não vislumbram possibilidade alguma de que a escola possa contribuir para a transformação social [...] (Santos, 2018, p. 46).

Dessa forma, a utilização da Pedagogia Histórico-Crítica para a análise desse cenário apresenta-se como o “caminho certo” a ser percorrido por este estudo visto que ela

[...] comprehende que a escola é determinada socialmente e que a sociedade, fundada no modo de produção capitalista, é dividida em classes com interesses opostos, portanto, a escola sofre a determinação do conflito de interesses que caracteriza a sociedade. A classe dominante não tem interesse na transformação histórica da escola, pois quer preservar seu domínio (Santos, 2018, p. 46).

Dito isso, é importante destacarmos os objetivos que foram traçados para este trabalho. O objetivo geral desta pesquisa é analisar a estrutura escolar brasileira a partir de uma visão histórico-crítica. No caso dos objetivos específicos,

temos: 1) explicar o que é a Pedagogia Histórico-Crítica e como ela enxerga a instituição “escola”; 2) apresentar um breve histórico da Educação Brasileira e a estruturação do ambiente escolar e 3) expor como se formou o histórico de desvalorização da Escola segundo a ótica socialista da Pedagogia Histórico-Crítica.

Quanto à estrutura, temos que, no tópico “A ESCOLA ENQUANTO UMA INSTITUIÇÃO POLÍTICA”, discorreremos a respeito da “criação” da Pedagogia Histórico-Crítica, seus princípios e sua interpretação da Escola enquanto instituição. Já no tópico “A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O AMBIENTE ESCOLAR”, apresentaremos um histórico da maneira como a educação escolar brasileira foi sendo estruturada, além dos ideais que pautam o seu funcionamento.

No tópico “A DESVALORIZAÇÃO PROPOSITAL DA ESCOLA” apresentaremos a formação do histórico de desvalorização da Escola tendo como princípio norteador a ótica socialista da Pedagogia Histórico-Crítica com o intuito de compreender como a classe burguesa buscou reforçar a ideia de inutilidade relacionada ao ensino escolar a fim de manter o próprio *status quo* social.

No tópico “PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS” realizaremos uma breve explicação sobre os procedimentos metodológicos mobilizados para a realização deste trabalho. Mais a frente, no tópico “APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS”, pretendemos apresentar e discutir os resultados alcançados pela investigação proposta por este artigo. Por último, no tópico “CONSIDERAÇÕES FINAIS”, apresentaremos uma síntese das reflexões desenvolvidas.

Dito isso, vale destacar que, assim como a Pedagogia Histórico-Crítica tem um compromisso explicitamente estabelecido com a luta socialista, esta pesquisa também o tem, visto que acreditamos não ser possível – e nem viável – pensarmos em um futuro melhor para o povo sem que ele esteja envolvido na reflexão, na luta e na tomada de decisões.

A Escola enquanto uma instituição política

A Pedagogia Histórico-Crítica foi cunhada por Derméval Saviani em 1978 com o objetivo de ser uma orientação pedagógica crítica que transformaria estruturalmente a Escola e o currículo ao adotar o ponto de vista dos “dominados” como corrente orientadora de suas ações. Ademais, a partir dessa mudança de orientação político-histórica seria possível reafirmar um compromisso com a transformação social e com a luta socialista em busca

[...] da construção de uma sociedade sem classes, com o fim das formas de exploração do homem pelo homem, numa sociedade nova, na qual a democracia passe a ser real e não apenas formal, uma vez que o poder, seja, de fato, exercido pelo povo (Santos, 2018, p. 47).

Nesse cenário de luta de classes, a atual instituição escolar brasileira atua como um tipo de “[...] instrumento de reprodução das relações de produção [...]” (Santos, 2018, p. 46) ao mesmo tempo que reproduz a dominação e a exploração provenientes do ideário capitalista. Além do mais, as teorias crítico-reprodutivistas tratam a Escola como um ambiente determinado socialmente onde os métodos tradicionais de ensino atendem aos interesses de uma burguesia cujo objetivo é utilizar esse espaço para transformar os sujeitos em trabalhadores “prontos” para serem explorados.

A Escola, principalmente a pública, serviria como um espaço de luta da classe trabalhadora, visto que o acesso ao conhecimento por parte das camadas populares é capaz de impulsionar não somente a própria luta pela defesa de seus interesses, mas também a humanização e a emancipação dos sujeitos mediante uma realidade em que a instituição escolar e seu currículo são monopolizados pela classe burguesa.

Em meio a esse ambiente de controle e “proletarização mental precoce” de jovens e crianças, a figura do professor autoritário, “detentor de todo o conhecimento”, entra em cena com o intuito de garantir a subjugação desses indivíduos, transformando-os em pessoas cujas vivências extraescolares são totalmente desconsideradas pois

Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar sua dominação (Saviani, 2008a, p. 45).

O uso da expressão “proletarização mental precoce” refere-se, neste contexto, à capacidade da Escola atual em transformar a mente dos estudantes com o intuito de precocemente prepará-los para o mercado de trabalho: horário de entrada e saída, hierarquização (separação dos alunos em turmas “melhores” e “piores”) e sistema de recompensas por desempenho (notas), além, é claro, do condicionamento implícito dos sujeitos à situação em que se encontram – neste último caso, estamos referindo-nos à classe social. Todo esse processo nada mais é do que o capitalismo atuando de maneira ampla nas sociedades em busca de manter-se em “funcionamento” – ainda que todos saibam do seu histórico de fracasso habitual.

Uma vez que os “dominantes”, ou seja, os burgueses que detém o poder de determinar os conteúdos escolares (currículo), utilizam esses saberes como instrumentos de manipulação do modelo de educação, e consequentemente da formação intelectual dos indivíduos, é necessário que modifiquemos os métodos de ensino, a postura docente e o currículo a fim de garantirmos uma mudança de mentalidades firme o suficiente para retirar os cidadãos da posição passiva de subordinados e torná-los sujeitos de sua própria história.

A Educação Brasileira e o ambiente escolar

Não sejamos levianos ao ponto de ignorarmos a necessidade intrínseca do reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, da importância do investimento contínuo e crescente em Educação. A questão aqui é: também não podemos ignorar que existe algum investimento, porém mal distribuído.

De todo jeito, o cerne do problema não é somente o investimento, mas também a urgência por uma mudança brusca da estrutura cultural-educacional, ou seja, uma transformação evidente na maneira como foi e ainda é estruturada a cultura da educação, e a educação propriamente dita, posta em prática em nosso país.

Desigualdade escolar

Ao termos acesso a estudos que nos mostram, de forma escancarada, como não podemos pensar a sociedade brasileira sem antes abordarmos o tópico "desigualdade", entendemos que, para pensar a Escola, o caminho não seria diferente. Ainda que essa instituição tenha passado por um processo de expansão que possibilitou o acesso à ela por parte de parcelas socialmente fragilizadas da nossa população, esse processo infelizmente não foi acompanhado de uma mudança significativa no propósito inicial da escolarização no Brasil: formar os filhos das classes abastadas.

Entendendo que a Escola também reproduz a desigualdade presente na sociedade, o seu funcionamento não seria diferente disso: a distribuição dos "bens" educativos também se dá de maneira desigual. Ao analisarmos o estudo "As desigualdades na Educação do Brasil", realizado pelo Observatório da Equidade (referente ao ano de 2005), poderemos ver que, no caso do indicador "percentual de alunos de 1^a a 8^a série com renda inferior a ½ salário mínimo", temos um total de 55,4% de ingressantes na 1^a série, ao passo que essa taxa cai para 36,4% quando falamos sobre o ingresso na 8^a série. Esse cenário nos mostra que "[...] mesmo com estrutura precária, a escola mantém seletividade significativa para os segmentos mais pobres da sociedade" (Peregrino, 2008).

Tratando do tema mais à frente no tempo, temos que, na categoria "Pessoas de 14 a 29 anos com nível de instrução inferior ao médio completo, por motivo do abandono escolar ou de nunca ter frequentado escola (%)", nos anos de 2019, 2022 e 2023⁴, o principal motivo do abandono ou evasão escolar foi o mesmo: a necessidade de trabalhar (IBGE, 2023, p. 10).

Obviamente que outros motivos também são especificados pela pesquisa citada, porém o principal deles traz à tona o fato de que a evasão e o abandono escolar no Ensino Médio não estão recebendo a devida atenção.

Para lidar com isso, o Governo Lula III (2023-2027) e seu Ministro da Educação Camilo Santana surgiram com uma proposta: a criação do Programa Pé-de-Meia:

Programa de incentivo financeiro-educacional na modalidade de poupança destinado a promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público. O objetivo é democratizar o acesso e reduzir a desigualdade social entre os jovens, além de garantir mais inclusão social pela educação, estimulando a mobilidade social (Pé-de-Meia, [2025]).

Em teoria, tal programa pretende ser uma das medidas que vai lidar com o problema urgente do abandono e da evasão escolar. Mesmo sendo um projeto inicialmente, digamos, bem intencionado, ao fim e ao cabo ele será o que toda providência não estrutural é: um "tapa-buraco".

Isso se dá porque os problemas que de fato estão enraizados na estrutura educacional brasileira não serão resolvidos, somente "mascarados" por uma iniciativa que se apresenta como algo "extraordinário" e "altamente eficiente". Na realidade, "o buraco é muito mais embaixo".

O projeto não é de todo ruim, mas como alguém formada em duas licenciaturas, sinto-me obrigada a dizer que toda a propaganda feita em torno dele parece realmente ter sido pensada com o intuito de abafar os demais problemas da Educação Brasileira.

A estrutura das Escolas, a merenda, o salário dos professores, o currículo, o mercado de trabalho que será enfrentado pelos alunos(as), o acesso ao Ensino Superior... Nada disso está sendo abordado junto da "importância" do Pé-de-Meia.

[...] o professor da Universidade Federal do ABC (UFABC) e membro do da Rede Escola Pública e Universidade (REPU) Fernando Cássio critica a "lógica" do programa. Para ele, a escolha por um incentivo financeiro individual aos estudantes em situação de vulnerabilidade ao invés de uma política pública mais universalista, é equivocada.

Um problema central do Pé de Meia é que ele não incide sobre as condições de permanência na escola pública, diz Cássio. “É uma política que combate a evasão dando um prêmio. O estudante eventualmente vai permanecer na escola pelo dinheiro, não porque tem condições melhores de permanecer. Duzentos reais por mês absolutamente não resolvem qualquer questão relacionada à permanência. E é pouco dinheiro se a gente for pensar, por exemplo, na necessidade financeira de um jovem que largou os estudos para trabalhar”, afirma (Antunes, 2024).

Além disso, outra questão a ser considerada é a criação dos projetos de “aceleração de aprendizagem”. Ainda que a expansão da “Escola de massas” tenha iniciado nos anos 1990 (Governo Fernando Henrique Cardoso), isso não foi suficiente para evitar que esse processo de escolarização se transformasse em um fracasso: “habitação” escolar sem escolarização, ou seja, tempo de permanência na Escola sem de fato aprender – o que também pode significar o aumento do índice de repetência. “Acelerar” a série que o estudante frequenta de maneira desmedida não irá ajudá-lo ou sequer fazê-lo se interessar pelos estudos. A iniciativa precisa ser repensada.

O tratamento dos alunos

A maneira como a Escola trata os alunos também têm muito a nos dizer. A Dra. em Educação Mônica Peregrino estabelece questionamentos acerca do surgimento das divisões no interior da Escola:

Se partirmos do pressuposto de que as turmas, mais do que simples grupamentos de alunos, configuram verdadeiras posições estabelecidas no interior da instituição escolar; que as maneiras de identificar as turmas são formas de, antes de tudo, classificá-las; e que essa classificação, ao obedecer a critérios “consensuais” dentro do campo escolar, os mais simples e diretos, como faixa etária, rendimento escolar, ou os aparentemente mais sofisticados, como qualidade de uso da língua portuguesa e da escrita, nada mais faz do que “justificar” socialmente formas de distinção e de hierarquização que se instalam no interior dos espaços escolares, travestindo de fenômenos

naturais desigualdades produzidas em parte dentro da própria escola (Peregrino, 2008).

Além disso, alguns outros elementos fazem parte da lógica desigual de distribuição dos “bens” educativos. Tratando-se de Escolas públicas cujas estruturas variam consideravelmente, a atribuição das salas de aula enquanto um espaço físico também será afetada pela seguinte noção: turmas “melhores”, “medianas” e “piores”. O reforço da desigualdade faz-se presente: as “melhores” turmas terão acesso às melhores salas – e menos barulhentas – e consequentemente terão melhores condições de estabelecer um bom processo de ensino-aprendizagem.

Em segundo lugar temos os livros didáticos:

Os livros didáticos que chegam à escola vão sendo distribuídos a partir de critérios que levam em conta a “categoria” da turma, recebendo-os, primeiro, as turmas do “topo”. Quando os livros recebidos pela escola não chegam para todos, as turmas de categoria mais “baixa” (a partir dos critérios de valoração da escola) ficam completamente ou parcialmente sem livros (Peregrino, 2008).

Em último lugar, mas não menos importante, temos a atribuição de professores às turmas. As turmas “melhores” serão ensinadas pelos professores mais exigentes em termos de conteúdo e disciplina. As turmas desconsideradas serão ensinadas por aqueles dispostos a melhor “adaptar” o conteúdo ao “nível” dos alunos e com a melhor capacidade de “dominar” o ambiente e impedir o “caos” de acontecer.

Os fatores desconsiderados

Existem outros fatores que são ignorados pela Escola no momento de refletir sobre a sua estrutura. A ausência da discussão desses “pormenores” no processo de determinação pedagógica ocasiona a reafirmação de um fenômeno exaustivamente mencionado ao longo deste artigo: a desigualdade.

Dentre esses fatores podemos destacar dois muito importantes: a ocupação profissional dos responsáveis pelo(a) aluno(a) e o local de moradia

do(a) estudante. Analisando a perspectiva de Peregrino (2008) e buscando compreender a relação entre essas duas caracterizações, desenvolvemos algumas reflexões.

Caso os pais ou responsáveis pela criança ou adolescente em processo de escolarização possuam níveis de escolaridade acima da média, entendemos que assim é mais provável que o(a) estudante permaneça na Escola e desenvolva maior simpatia pelos estudos. A relação encontra-se na seguinte questão: se os pais ou responsáveis são de origem pobre e tiveram de desistir dos estudos para trabalhar, cuidar de irmãos e irmãs ou quaisquer outros motivos, infelizmente não houve tempo hábil para que o sistema educacional obtivesse sucesso ao ponto de sobrepor-se ao capitalismo selvagem que exige que a maior quantidade possível de moradores de uma casa trabalhem para ter acesso ao mínimo. Não podemos omitir o fato de que as classes baixas do nosso país – e de qualquer outro que seja capitalista – não tem acesso a dois importantes privilégios que possibilitam a tranquilidade necessária para prosseguir os estudos sem se preocupar: tempo e dinheiro.

Morar dentro ou fora da favela é outro “detalhe” que vai afetar diretamente a qualidade do ensino daquela unidade educacional, visto que a quantidade de profissionais que serão direcionados para as Escolas, materiais e investimento estarão amplamente disponíveis para as instituições – públicas, neste caso – que tiverem as melhores localizações, ou seja, aquelas cujo endereço não seja no “asfalto”² serão mais afetadas pela discriminação e pela má distribuição dos recursos públicos destinados à Educação.

A desvalorização proposital da Escola

De acordo com Saviani (2011a), a relação entre a Pedagogia Histórico-Crítica e a realidade escolar se apresenta de maneira muito íntima. Se a concepção desta corrente pedagógica está diretamente ligada ao materialismo histórico, nada mais justo do que estabelecer uma relação entre as condições materiais humanas, o trabalho e a Escola.

Ao longo do tempo o homem foi desenvolvendo-se de maneira a garantir a sua

sobrevivência. Com o estabelecimento da propriedade privada, surge uma parcela ociosa dos membros da sociedade e, com ela, a Escola:

Escola, em grego, significa “o lugar do ócio”. O tempo destinado ao ócio. Aqueles que dispunham de lazer, que não precisavam trabalhar para sobreviver, tinham que ocupar o tempo livre, e essa ocupação do ócio era traduzida pela *escola* (Saviani, 2011a, p. 81).

Dessa forma, entende-se que a instituição escolar surgiu como um passatempo para a classe mais abastada ao mesmo tempo que os mais pobres, como de costume em uma sociedade capitalista, realizam toda a produção geradora de capital. Obviamente o acesso ao ensino – e ao ambiente escolar propriamente dito – sistematizou-se e tornou-se restrito para grande parte da população: os trabalhadores. Na sociedade atual não seria diferente:

Na medida em que estamos ainda numa sociedade de classes com interesses opostos e que a instrução generalizada da população contraria os interesses de estratificação de classes, ocorre essa tentativa de desvalorização da escola, cujo objetivo é reduzir o seu impacto em relação às exigências de transformação da própria sociedade (Saviani, 2011a, p. 84).

Sendo assim, Saviani (2011a) explica que a popularização da oferta de vagas nas escolas entra em contradição com as vontades da classe dominante, visto que o saber passaria de propriedade privada, acessado somente por aqueles com ócio³, a algo socializado entre os menos afortunados. Especificamente a partir da necessidade burguesa de evitar o acesso popular à Escola que nasce o processo sistemático de desvalorização dessa instituição.

Na modernidade, mais especificamente, o objetivo burguês deixa de ser frequentar a Escola por lazer e passa a ser, além de frequentá-la em busca da formação e consequente continuidade do privilégio educacional de seus ancestrais, convertê-la “[...] numa agência de assistência social, destinada a atenuar as contradições da sociedade capitalista” (Saviani, 2011a, p. 85) e assim tentar evitar que a população se revolte com a própria realidade social:

[...] a escola tem uma função especificamente educativa, propriamente pedagógica, ligada à questão do conhecimento; é preciso, pois, resgatar a importância da escola e reorganizar o trabalho educativo, levando em conta o problema do saber sistematizado, a partir do qual se define a especificidade da educação escolar (Saviani, 2011a, p. 84).

Nesse sentido, a Pedagogia Histórico-Crítica vai na contramão da restrição do acesso ao saber e tece críticas a essa parcela da sociedade que se beneficia da “desescolarização” e do “emburrecimento” da população:

Com efeito, a pedagogia crítica implica a clareza dos determinantes sociais da educação, a compreensão do grau em que as contradições da sociedade marcam a educação e, consequentemente, como o educador deve posicionar-se diante dessas contradições e desenredar a educação das visões ambíguas, para perceber claramente qual é a direção que cabe imprimir à questão educacional (Saviani, 2011a, p. 86).

O Novo Ensino Médio (NEM)

Quando abordamos as ações propositais de desvalorização da Escola, é importante citarmos um assunto não tão “novo” no cenário educacional brasileiro: o Novo Ensino Médio. Apesar de se tratar de um tema que vem sendo discutido desde 2017 a partir da Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), as suas propostas não são tão inovadoras quanto seus defensores alegam. Nós, educadores e pesquisadores da Educação, pensamos diferente:

Entendemos que as alterações curriculares na reforma do ensino médio em vigor afetam tanto a concepção orientadora da formação quanto a organização do espaço e do tempo escolar. Enquanto propõe uma formação cujo viés combina com requisitos do mercado, diminui disciplinas, substituindo-as por conteúdos, e expande a jornada para o tempo integral, aumentando a permanência dos/das estudantes na escola (Garcia; Czernisz; Pio, 2022, p. 26)

Além de se tratar de um projeto que visa perpetuar o formato escolar que supre a demanda do

mercado de trabalho por mão de obra – ou seja, o ensino deixa de ser o protagonista para dar lugar à uma formação deficiente que busca educar sujeitos alienados, sem senso crítico e mentalmente proletarizados –, o Novo Ensino Médio cumpre o papel de ferramenta criada para realizar a manutenção da hegemonia burguesa.

O NEM reforça a iniciativa de desvalorização da Escola ao precarizar o ensino e priorizar as condições do trabalho docente. Como se já não bastasse todo o “barulho” que diversos “coachs educacionais” vêm fazendo na internet a fim de desestimular a juventude a ingressar no Ensino Superior, os anos escolares responsáveis por colaborar com a preparação deste grupo para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e demais vestibulares foram destroçados:

De acordo com Tania Pacífico Hreisemnou, pedagoga da rede pública estadual e dirigente sindical do Núcleo Curitiba/Sul da Associação dos Professores do Paraná – Sindicato, o novo modelo de ensino médio pode contribuir com o aumento das desigualdades no acesso às universidades devido à falta de professores, de estrutura, de formação e descaso com os profissionais da educação. De acordo com a pedagoga, esses problemas acabam prejudicando, principalmente, os alunos da escola pública (Novo [...], 2022).

Novamente o principal prejudicado será aquele que já não é priorizado: o aluno de escola pública.

O Censo Escolar 2023 (Brasil, 2023) mostrou que a taxa de evasão escolar atingiu níveis absurdos no Ensino Médio: 5,9%, a maior taxa de evasão de toda a Educação Básica. A pergunta que não quer calar é: além de todas as questões que o ensino, principalmente o público, já enfrentava, o que teve início em 2022? A implementação gradual do NEM. Coincidência? Duvidamos.

Quanto ao Censo 2024, tudo que o Governo Federal e o Ministério da Educação têm a dizer é que a taxa de matrículas aumentou em 1,5% em relação a 2023 (MEC [...], 2025), mas quantos desses 7,8 milhões de alunos(as) irão permanecer no Ensino Médio até a conclusão dos três anos? Quantos terão a oportunidade de ingressar no Ensino Superior

público? Aguardemos a realização de novas pesquisas sobre o assunto.

Procedimentos metodológicos

A metodologia de pesquisa adotada para este estudo baseia-se na elaboração de uma breve reflexão acerca da estrutura escolar brasileira tendo como base os ideais da Pedagogia Histórico-Crítica. Ademais, realizaremos uma breve revisão bibliográfica sobre alguns escritos já existentes a respeito do tema.

Para tal, realizamos uma busca minuciosa por alguns documentos que tratam do assunto de maneira séria porém, cabe destacar que, mesmo apoiando-se em reflexões já elaboradas anteriormente, este artigo tem como um de seus compromissos o uso da abordagem qualitativa como um meio de compreendermos como

[...] a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais [...] (Godoy, 1995, p. 21).

O uso da abordagem qualitativa justifica-se a partir da necessidade de compreendermos fenômenos sociais e analisarmos microprocessos (Martins, 2004) – neste caso, a estrutura da Educação Brasileira e seus fenômenos a partir de uma ótica histórico-crítica.

Em primeiro lugar, buscamos artigos que fazem o exercício de refletir a respeito da corrente pedagógica em questão. Em seguida, além da leitura de obras do autor do conceito (Saviani, 1991; 2008a; 2008b; 2011a; 2011b; 2012), também realizamos a leitura de documentos que colaboraram com o objetivo principal deste trabalho. Por último, mas não menos importante, selecionamos as principais referências que viriam a servir como referencial teórico para a reflexão realizada nesta pesquisa.

Neste sentido, compreender a maneira como a corrente pedagógica citada é capaz de fazer sugestões palpáveis para a transformação da estrutura educacional brasileira requer o entendimento de que essa pedagogia atua em prol da realização de

mudanças na Escola, na sociedade e na mentalidade dos indivíduos.

Sendo assim, o emprego do presente método está relacionado com a necessidade de evitarmos que a Educação Brasileira seja entendida como um ambiente imutável e influenciado por princípios teóricos que seriam capazes de dar conta de explicar todas as metodologias, práticas e acontecimentos de um sistema educacional que abrange um país cuja dimensão aproxima-se a de um continente.

Apresentação e discussão dos resultados

A presente pesquisa, apesar de não buscar conclusões definitivas a respeito da estrutura escolar brasileira, sua formação e suas desigualdades, conseguiu realizar algumas observações. Eis os resultados obtidos.

Em primeiro lugar, estudar a Escola brasileira a partir de uma lente teórica comprometida com a luta de classes nos permite realizar uma importante reflexão acerca dos impactos sociais, políticos e culturais do capital no acesso ao ensino e à instituição escolar propriamente dita. As desigualdades do sistema educacional não surgiram ontem e não irão desaparecer amanhã, mas entender como, quando, por quê e por culpa de quem elas surgiram nos possibilita a elaboração de estratégias que buscam a sua erradicação.

Em segundo lugar, pudemos compreender que as críticas da pedagogia crítica aos métodos de ensino tradicionais fundamentam-se na compreensão da influência da classe burguesa na construção da Escola. Ademais, tal influência afetou diretamente o estabelecimento de uma narrativa de desvalorização dessa instituição em busca do fortalecimento de um modelo desigual e explorador de sociedade, ao mesmo tempo que a própria estrutura escolar formava-se a partir de princípios de segregação estudantil.

Dessa forma, conclui-se que o estudo da Escola brasileira perpassa pelo âmbito da desigualdade, da segregação, da formação da burguesia e da consequente desvalorização da instituição em busca da continuidade da alienação da sociedade.

Considerações finais

Este artigo utilizou-se do método de levantamento bibliográfico – junto de uma abordagem qualitativa – a fim de analisar brevemente a estrutura escolar brasileira a partir da teoria criada pelo pedagogo Dermerval Saviani em 1978 – a Pedagogia Histórico-Crítica. A motivação para esta pesquisa trata-se da necessidade de compreendermos as correntes teóricas que pautam as diferentes formas de interpretação e atuação da Escola enquanto uma instituição formadora de indivíduos.

Além disso, pudemos atingir o objetivo geral estabelecido: entender a Escola brasileira a partir da Pedagogia Histórico-Crítica vista enquanto uma teoria pedagógica comprometida com a luta socialista pelo fim da sociedade de classes.

Ademais, no tópico “A ESCOLA ENQUANTO UMA INSTITUIÇÃO POLÍTICA” explicamos o contexto de formação dessa teoria pedagógica e vimos que ela enxerga a instituição escolar como um ambiente amplamente influenciado pela burguesia. No tópico “A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O AMBIENTE ESCOLAR” analisamos as nuances da desigualdade presente no cenário escolar – principalmente na divisão de turmas, no acesso a material didático e na distribuição dos professores. Por último, no tópico “A DESVALORIZAÇÃO PROPOSITAL DA ESCOLA” estabelecemos uma relação entre as condições materiais humanas, o trabalho e a Escola a fim de percebermos como se deu a transformação da *escola*, “lugar do ócio”, em Escola, lugar de desigualdade.

Dito isso, é importante salientarmos que a formação de professores constitui-se como um dos pilares fundamentais para que a sala de aula possa se tornar um ambiente revolucionário. A partir do instante que o educador ou educadora está capacitado(a) para lidar com os diferentes perfis de alunos(as), suas diferentes bagagens culturais/sociais e suas diferentes visões de mundo, ele ou ela está pronto(a) para conduzir esses indivíduos durante o processo de construção de um senso crítico apurado.

Cabe destacar que o presente estudo não tem como uma de suas pretensões o esgotamento das inúmeras possibilidades de abordagem do assunto

em questão – a composição e a transformação da Escola. Sendo assim, devemos admitir que estudos mais extensos, ou seja, mais aprofundados, tem a possibilidade de abordar o tema por outras abordagens a fim de ampliar a fundamentação teórica e possibilitar a análise das reflexões produzidas por outros autores e autoras que também buscam estratégias para solucionar a desigualdade presente no sistema educacional brasileiro.

Dito isso, conclui-se que a Pedagogia Histórico-Crítica pode ser uma importante aliada na construção de caminhos que possibilitem o planejamento e a posterior criação de uma **sala de aula revolucionária**, igualitária, antirracista e inclusiva.

Notas

1 O presente artigo foi adaptado, em grande parte, do Trabalho de Conclusão de Curso denominado “Por uma sala de aula revolucionária” apresentado à Faculdade IPEMIG como um dos requisitos para obter o diploma de Segunda Licenciatura em Pedagogia.

2 Essa expressão é utilizada para indicar que algum lugar está localizado fora das delimitações da favela.

3 Ócio. Ó-ci-o. 1) Tempo de descanso [...]; 2) Tempo que dura esse descanso; 3) Indisposição física, ociosidade [...]; 4) Aversão a qualquer atividade física ou mental; 5) Qualquer ocupação agradável. Antônimo: trabalho (Ócio, [2025]).

4 As taxas foram, respectivamente, 40,1%, 40,2% e 41,7%.

Referências

ANTUNES, A. Pé de Meia e o desafio da evasão na educação profissional. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ**, 2024.

Disponível em:

<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/p-e-de-meia-e-o-desafio-da-evasao-na-educacao-profissional>. Acesso em: 29 jun. 2025.

BATISTA, Eraldo Leme.; LIMA, Marcos Roberto. A pedagogia histórico-crítica como teoria pedagógica

revolucionária. **Lapage em Revista**, v. 1, n. 3, p. 67-81, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.415/2017, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 17 fev. 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-norma-pl.html>. Acesso em: 29 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar 2023**. Brasília, DF: MEC: INEP, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2023/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 29 jun. 2025.

DUARTE, Nelson. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. In: MARTINS, LINO de Macedo; DUARTE, Nelson. (Orgs.). **Formação de professores**: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 33-50.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

GARCIA, Sandra Regina Oliveira; CZERNISZ, Eliane; PIO, Camila. 'Novo' Ensino Médio? Customização neoliberal da formação integral.

Retratos da Escola, v. 16, n. 34, p. 23-38, jan./abr. 2022.

GASPARIN, João Luis. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

GASPARIN, João Luiz.; PETENUCCI, Maria Cristina. Pedagogia Histórico-Crítica: da teoria à prática no contexto escolar. **Dia a Dia Educação**, p. 1-16, 2014..

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua)**: Educação 2023. Brasília, DF: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf. Acesso em: 29 jun. 2025.

LAVOURA, Tânia.; MARTINS, Lino de Macedo. A dialética do ensino e da aprendizagem na atividade pedagógica histórico-crítica. **Revista Interface: comunicação, saúde e educação**, v. 21, n. 62, p. 5-18, 2017.

MARTINS, Heloisa Helena. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.

MARTINS, Lino de Macedo; LAVOURA, Tânia. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, v. 34, n. 71, p. 223-239, 2018.

MEC e Inep contextualizam resultados do Censo Escolar 2024. **Gov.br**, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/abril/mec-e-inep-contextualizam-resultados-do-censo-escolar-2024>. Acesso em: 29 jun. 2025.

NOVO ensino médio pode aumentar desigualdade no acesso às universidades, avaliam educadores. **Alma Preta**, 2022. Disponível em: https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/novo-ensino-medio-especialistas-avaliam-como-fica-o-acesso-a-o-ensino-superior/?gad_source=1&gad_campaignid=22546923003&gbraid=0AAAAAqda5pzOU7NTpFf-8A5SmqpF6E6GG&gclid=Cj0KCQjwyIPDBhDBARIsAHJyyVh1mYjwww6ie-8gHs-L_aD88dhrV1fQdDwAfXmJWXxQdTdzVI_1acgaAjt8EALw_wcB. Acesso em: 29 jun. 2025.

ÓCIO. **Michaelis On-line**, [2025]. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=w421D>. Acesso em: 29 jun. 2025.

PEREGRINO, Mônica Dias Peregrino. Desigualdade, juventude e escola: uma análise de trajetórias institucionais. In: ZACCUR, Edwiges; FÁVERO, Osmar. (Orgs.). **Pesquisas em Educação: diferentes enfoques**. Niterói: EdUFF, 2008, n. p.

PÉ-DE-MEIA. **Gov.br**, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia>. Acesso em: 29 jun. 2025.

SANTOS, Raquel Elisabete de Oliveira. Pedagogia histórico-crítica: que pedagogia é essa? **Horizontes**, v. 36, n. 2, p. 45-56, 2018. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/520>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008a.

SAVIANI, Dermeval. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008b. p. 223-274.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011a.

SAVIANI, Dermeval. **Educação em diálogo**. Campinas: Autores Associados, 2011b.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SILVA, Maria Beatriz da. Fundamentos teórico-metodológicos da pedagogia histórico-crítica: uma relação necessária entre história e filosofia. **Educar em Revista**, v. 35, n. 76, p. 199-218, 2019.